



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e Administrativo - CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

## CONVÊNIO Nº 04/2025

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, PARA A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS, AOS SERVIDORES DESTES, COM PAGAMENTO MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO – SEI Nº 05826.2020-1.**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT, com sede na Av. Brasil, nº 2022S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT, CEP: 78.455-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.529.420/0001-53, doravante denominada COOPERATIVA, neste ato representada pelo Senhor **Rafael Franchini**, brasileiro, casado, Diretor de Negócios, portador do CPF nº \*\*\*.681.608-\*\*, e pelo Senhor **Roberto Menezes de Vargas**, brasileiro, Diretor Executivo, portador do CPF nº \*\*\*.998.300-\*\*, endereço eletrônico: roberto\_vargas@sicredi.com.br, telefone: (65) 3549-9400, e, de outro lado, a **UNIÃO**, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, situado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Centro Político Administrativo em Cuiabá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.901.308/0001-21, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Mauro Sérgio Rodrigues Diogo**, brasileiro, servidor do quadro de pessoal do TRE-MT, nomeado pela Portaria TRE-MT nº 151/2019, conforme dispõe a Portaria da Presidência nº 166/2025, doravante designado CONVENENTE, celebram o presente **CONVÊNIO** nº 04/2025, sob as cláusulas e condições adiante estipuladas, em conformidade com a legislação em vigor que dispõe sobre a autorização para consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, em especial o Decreto Federal nº 8.690/2016, Portaria TRE-MT nº 454/2018, Lei nº 14.133/2021, bem como pelo que consta no SEI nº 05826.2020-1:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Convênio e seu ANEXO I tem por objeto estabelecer condições gerais e demais critérios a serem observados na **concessão de empréstimos e/ou financiamentos**, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores vinculados ao **CONVENENTE**, com vínculo estatutário formalizado e vigente.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EMPRÉSTIMOS E/OU FINANCIAMENTOS

2.1. A COOPERATIVA, desde que respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e análise de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou financiamentos aos servidores do **CONVENENTE**, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento.

**Parágrafo Primeiro** – As operações contratadas ao amparo deste Convênio, objeto do presente ajuste, poderão ser repactuadas, nos termos e condições previamente definidas pela COOPERATIVA.

**Parágrafo Segundo** – Os empréstimos e/ou financiamentos serão concedidos por meio(s) físico(s) (agências, correspondentes bancários) e/ou eletrônico(s) disponíveis (TAA, Internet, CABB, Mobile, etc).

**Parágrafo Terceiro** – Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os servidores deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação amparada neste Convênio, na forma da legislação em vigor.

**Parágrafo Quarto** – As propostas/contratos de empréstimos e/ou financiamentos, após devidamente formalizados e deferidos pela COOPERATIVA, passam a integrar o presente Convênio para todos os efeitos de direito.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONVENENTE

3.1. O **CONVENENTE** se responsabiliza por:

- a) Adotar, no que lhe competir, as providências necessárias para viabilizar a formalização das operações entre a COOPERATIVA e seus servidores;
- b) Prestar ao servidor e à COOPERATIVA, mediante solicitação do servidor ou da COOPERATIVA, escrita ou eletrônica, as informações necessárias para a contratação da operação – se não houver impedimentos legais, inclusive: (I) o dia habitual de pagamento mensal de salários/vencimentos; (II) data de fechamento da folha; (III) data do próximo pagamento dos salários/vencimentos; (IV) as demais informações necessárias para o cálculo da margem disponível para consignação;
- c) Confirmar à COOPERATIVA, na data da solicitação do crédito pelo servidor, por escrito ou meio eletrônico, a possibilidade de reutilizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento do servidor para que os recursos possam ser liberados, observado o contido no Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda deste Convênio;
- d) Efetuar os descontos em folha de pagamento dos empréstimos e/ou financiamentos autorizados pelos servidores, observado o limite máximo permitido pela legislação em vigor, e repassar os valores à COOPERATIVA, mediante crédito na **Conta Corrente nº 90814-2**, Agência 0810, Banco 748 – Favorecida: SICREDI OURO VERDE, nas datas estabelecidas para vencimento das parcelas sendo até o dia 25 de cada mês;
- e) Informar, mensalmente, à COOPERATIVA, conforme o caso, por arquivo magnético ou meio eletrônico, os valores consignados e os não consignados mediante justificativa, devidamente identificados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data estipulada para o pagamento das prestações;
- f) Comunicar à COOPERATIVA, conforme o caso, a ocorrência de redução da remuneração do servidor que inviabilize a consignação mensal autorizada ou qualquer outra situação que implique impossibilidade da consignação em folha, tais como falecimento, transferência, licença, entre outras;
- g) Dar preferência, nos termos gerais, aos descontos de operações efetuados ao amparo deste Convênio, em detrimento a outros descontos de mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente, mantendo a prioridade quando das repactuações das dívidas junto à COOPERATIVA;
- h) Reter e repassar à COOPERATIVA, conforme o caso, por ocasião do desligamento (demissão, exoneração, dispensa ou aposentadoria) do servidor beneficiário de empréstimo e/ou financiamento, o valor da parcela apresentada pela COOPERATIVA, conforme o caso, na forma da legislação vigente.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA COOPERATIVA

**4.1. A COOPERATIVA se responsabiliza, conforme o caso, por:**

- a) Atender e orientar os servidores do **CONVENENTE** quanto aos procedimentos a serem adotados para a obtenção de créditos concedidos ao amparo deste Convênio;
- b) Informar ao **CONVENENTE**, por escrito ou meio eletrônico, as propostas de empréstimos, e/ou financiamentos apresentadas pelos servidores diretamente à COOPERATIVA, conforme o caso, para confirmação da reserva da margem consignável;
- c) Fornecer ao **CONVENENTE** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, arquivo contendo a identificação de cada contrato, beneficiário, prazo da obtenção e valores das prestações a serem descontadas, a fim de inclusão do desconto na folha do respectivo mês. As informações posteriores à referida data serão incluídas na folha do mês seguinte.
- d) Adotar, no que lhes competir, as providências necessárias para viabilizar a formalização das operações de crédito, ao amparo deste Convênio, com os empregados/servidores do **CONVENENTE**, observadas suas programações orçamentárias, normas operacionais e análise de crédito;
- e) Disponibilizar aos servidores do **CONVENENTE** informações relativas às respectivas operações por eles contratadas ao amparo deste Convênio;
- f) Prestar ao **CONVENENTE** e ao servidor beneficiário, as informações necessárias para a liquidação antecipada dos empréstimos, por ocasião do desligamento (demissão, exoneração, dispensa ou aposentadoria) do servidor;
- g) Encaminhar ao **CONVENENTE** uma via do contrato de empréstimo/financiamento firmado com o servidor.
- h) As consignações facultativas deverão ser limitadas a 120 (cento e vinte) parcelas e as taxas de juros cobradas limitadas ao percentual estabelecido em ato do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Finanças, com fundamento na Portaria - TRE/MT nº 454/2018, alterada pela Portaria nº 188/2022.
- i) Autorizar a dedução pelo **CONVENENTE**, do valor bruto a ser repassado ou creditado à COOPERATIVA, o custo de processamento de dados das consignações facultativas, no valor de R\$ 1,97 (um real e noventa e sete centavos) para cada consignação realizada, o qual será destinado para recolhimento mensal ao Tesouro Nacional.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO**

**5.1.** A COOPERATIVA poderá, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, considerar rescindido antecipadamente o presente Convênio, ocorrendo, quaisquer das seguintes hipóteses: a) se o **CONVENENTE** deixar de cumprir qualquer obrigação contraída neste Convênio; b) se o **CONVENENTE** sofrer protesto de títulos, quando o caso; c) se o **CONVENENTE** possuir qualquer operação em situação irregular junto à COOPERATIVA.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo rescisão do Convênio por qualquer das hipóteses previstas no "caput" desta Cláusula, fica automaticamente suspensa a concessão de novos empréstimos e/ou financiamentos aos servidores do **CONVENENTE**, com base neste Convênio, permanecendo em vigor em todas as obrigações do **CONVENENTE** até a total liquidação dos empréstimos e/ou financiamentos já concedidos.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA**

**6.1.** É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da denúncia, permanecendo em vigor todas as obrigações do **CONVENENTE** até a total liquidação dos empréstimos e/ou financiamentos já concedidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DEMAIS CONDIÇÕES**

**7.1.** O **CONVENENTE** constitui-se depositário das importâncias consignadas em folha de seus servidores-mutuários, destinadas ao pagamento do empréstimo e/ou financiamento, até o seu efetivo repasse à COOPERATIVA.

**Parágrafo único** – Comprovado o desconto da parcela do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento do servidor-mutuário, sem o correspondente repasse à COOPERATIVA, o **CONVENENTE** responderá pelo inadimplemento contratual, sujeitando-se às medidas judiciais cabíveis, inclusive ação de cobrança ou execução, nos termos da legislação civil e processual vigente.

**7.2. AS PARTES se obrigam ainda a:**

- a) cumprir as normas e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados sempre que houver qualquer tipo de tratamento de dados pessoais;
- b) seguir as normas vigentes quanto à proteção do meio ambiente, utilizar racionalmente recursos naturais e descartar os resíduos gerados de forma adequada;
- c) adotar políticas de respeito às diferenças; de inclusão para pessoas portadoras de necessidades especiais; e de promoção do desenvolvimento adequado do jovem empregado; e
- d) observar as leis anticorrupção, em especial a legislação brasileira, bem como se absterem de praticar quaisquer condutas ilegais.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS SERVIDORES INDICADOS PELO CONVENENTE**

**8.1. O CONVENENTE**, neste ato, indica a(s) pessoa(s) abaixo relacionada(s) na ordem, para o fim de acolher os documentos necessários à concessão de empréstimos e/ou financiamentos ao amparo deste Convênio, responsabilizando-se pela veracidade das informações acerca das margens consignáveis, dados, arquivos ou documentos dos servidores enviados à COOPERATIVA:

- a) Titular da Coordenadoria de Pessoal;
- b) Titular da Seção de Folha de Pagamento.

**Parágrafo Primeiro** – As pessoas acima indicadas também ficam responsáveis pela fiscalização e gestão deste instrumento.

**Parágrafo Segundo** – Poderá o **CONVENENTE**, mediante prévia comunicação escrita dirigida à COOPERATIVA, substituir as pessoas indicadas na presente cláusula, passando tal substituição a surtir efeitos a partir do efetivo recebimento da referida correspondência.

**CLÁUSULA NONA**

**9.1.** Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio, e trocados entre as partes (COOPERATIVA e **CONVENENTE**), deverão ser efetuados por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

**10.1.** Até o integral pagamento do empréstimo e/ou financiamento, as autorizações dos descontos somente poderão ser canceladas mediante prévia e expressa aquiescência da COOPERATIVA, conforme o caso, e do servidor beneficiário, salvo nos casos de exoneração, demissão ou outra situação que inviabilize o desconto por parte do **CONVENENTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

11.1. Qualquer tolerância de uma das partes em relação à outra só importará modificação deste Convênio se expressamente formalizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO**

12.1. O presente Instrumento terá vigência de **05 (cinco) anos**, com início em 08 de outubro de 2025 e encerramento em 08 de outubro de 2030, podendo ser **prorrogado mediante termo aditivo**, desde que haja interesse público devidamente justificado e observado o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Qualquer alteração somente poderá ser realizada por meio de **termo aditivo**, nos casos previstos em lei, desde que haja concordância das partes e observância do interesse público.

12.3. Todas as alterações deverão ser registradas e publicadas no **Diário Oficial da União**, como condição de eficácia, em conformidade com os arts. 92 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 11.531/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL A SER CONSIGNADO**

13.1. A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder ao valor equivalente a **40%** (quarenta por cento) da soma dos vencimentos, computados os adicionais de caráter individual e demais vantagens citadas no art. 62-A, da Lei nº 8.112/1990, sendo que dos 40% (quarenta por cento), 5% (cinco por cento) serão reservados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito"

13.2. É vedada a incidência de consignações quando a soma dos descontos e das consignações alcançar ou exceder o limite de setenta por cento da base de incidência do consignado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

14.1. O CONVENIENTE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA se obrigam a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados pessoais que por documentos ou quaisquer outros meios venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste CONVÊNIO, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

14.2. Além das obrigações relacionadas no item anterior, são obrigados ainda a:

I - garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com fundamento em uma das hipóteses autorizadoras constantes da LGPD (art. 7º e 11), para fins de tratamento e compartilhamento inerentes ao escopo e para fins deste CONVÊNIO;

II - possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, os quais deverão conter opções, destinadas aos titulares dos dados, de manifestação e revogação de consentimento para utilização dos respectivos dados;

III - adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV - manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto desse CONVÊNIO;

V - fornecer, no prazo solicitado pelo outro PARTÍCIPE, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados; e

VI - auxiliar o outro PARTÍCIPE na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

15.1. Este convênio obriga a COOPERATIVA, o **CONVENIENTE** e seus sucessores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

16.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Cuiabá-MT, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da interpretação ou cumprimento deste Convênio, que não puderem ser solucionadas administrativamente pelas partes.

16.2. O presente Convênio é celebrado em conformidade com a Portaria TRE-MT nº 454/2018 e com a legislação vigente que dispõe sobre a autorização para consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, declarando as partes, neste ato, terem pleno conhecimento das cláusulas e condições inseridas nas referidas normas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, este instrumento será assinado digitalmente ou, em caso de impossibilidade, impresso e assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Cuiabá-MT, 22 de setembro de 2025.

CONVENIENTE:

**Mauro Sérgio Rodrigues Diogo**  
Diretor-Geral

COOPERATIVA DE CRÉDITO:

**Rafael Franchini**

**Roberto Menezes de Vargas**

**TESTEMUNHAS:**

Testemunha

Testemunha

**ANEXO I CONVÊNIO Nº 04//2025****DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

1.1. O CONVENIENTE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA se obrigam a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados pessoais que por documentos ou quaisquer outros meios venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste CONVÊNIO, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

1.2. Além das obrigações relacionadas no item anterior, são obrigados ainda a:

I - garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com fundamento em uma das hipóteses autorizadoras constantes da LGPD (art. 7º e 11), para fins de tratamento e compartilhamento inerentes ao escopo e para fins deste CONVÊNIO;

II - possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, os quais deverão conter opções, destinadas aos titulares dos dados, de manifestação e revogação de consentimento para utilização dos respectivos dados;

III - adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV - manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto desse CONVÊNIO;

V - fornecer, no prazo solicitado pelo outro PARTÍCIPE, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados; e

VI - auxiliar o outro PARTÍCIPE na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.